

CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, MARANHÃO

CHARACTERIZATION OF THE ARCHAEOLOGICAL POTENTIAL OF THE MUNICIPALITY OF GUIMARÃES, MARANHÃO

Arkley Marques Bandeira ^a

Lúcio Adriano Teixeira de Moraes ^b

Leonardo Silva Soares ^c

Rafael Amorim Silva ^d

^a Licenciado em História. Mestre e Doutor em Arqueologia. Docente da Universidade Federal do Maranhão (DEOLI, PRODEMA e PGCult). E-mail: arkley.bandeira@ufma.br

^b Bacharel em Arqueologia. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFMA. Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFMA. Bolsista FAPEMA. E-mail: lucio.adriano@discente.ufma.br

^c Licenciado em Ciências Aquáticas. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Docente da Universidade Federal do Maranhão (DEOLI, PRODEMA e PPGSA). E-mail:

^d Licenciado em História. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFMA. Bolsista: FAPEMA. E-mail: amorim.rafael@discente.ufma.br

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados das pesquisas realizadas em Guimarães, Maranhão para identificação e caracterização arqueológica deste município. Trata-se de uma perspectiva interdisciplinar que analisou diferentes fontes de dados, como da História, Etnohistória, Cartografia Histórica e Arqueologia por meio de uma investigação exploratória e descritiva apoiada em análises documentais e pesquisa empírica de campo. O inicial consistiu em realizar consulta à base de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão SICG), ambos do IPHAN, o que resultaram negativo para presença de sítio na área pesquisada. Na etapa seguinte, realizou uma ampla compilação documental e bibliográfica com base em documentos primários, relatos etnohistóricos e bibliografias sobre a formação histórica municipal. Na etapa empírica foram realizadas quatro visitas à Guimarães, nas quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores mais antigos e membros do Instituto Histórico e Geográfico, que foram fundamentais para realização das prospecções oportunísticas e não interventivas, considerando as indicações de localização obtidas na documentação e nos relatos orais. Por fim, foram realizadas descrições das áreas de implantação dos sítios. Os resultados apontaram para identificação e caracterização de doze sítios arqueológicos do período Pré-colonial, de diferentes tipologias e temporalidades, a exemplo de sambaquis, sítios cerâmicos a céu aberto, camboas de pedra para pesca e cemitérios indígenas, que colocam o município de Guimarães no mapa arqueológico do Maranhão. Estes sítios ainda não constam nas bases de dados de gestão do patrimônio arqueológico, aspecto que motiva a continuidade da pesquisa para avançar no conhecimento do patrimônio arqueológico vimarense e para potencializar medidas de proteção e salvaguarda.

PALAVRAS-CHAVE

Identificação, Potencial Arqueológico, Guimarães -MA..

ABSTRACT

This article presents the results of research conducted in Guimarães, Maranhão, to identify and characterize the archaeological site. This interdisciplinary approach analyzed various data sources, including history, ethnohistory, historical cartography, and archaeology, through exploratory and descriptive research supported by documentary analysis and empirical field research. The initial research consisted of consulting the databases of the National Registry of Archaeological Sites (CNSA) and the Integrated Knowledge and Management System (SICG), both from IPHAN, which resulted in no sites in the research area. The next stage involved a comprehensive compilation of documents and bibliographies based on primary documents, ethnohistorical accounts, and bibliographies on the municipality's historical development. In the empirical phase, four visits to Guimarães were conducted. During these visits, semi-structured interviews were conducted with the oldest residents and members of the Historical and Geographical Institute. These interviews were essential for conducting opportunistic, non-interventional surveys, considering the location information obtained from documentation and oral histories. Finally, descriptions of the site areas were prepared. The results indicated the identification and characterization of twelve archaeological sites from the pre-colonial period, of different typologies and temporalities, such as sambaquis, open-air ceramic sites, stone fishing pits, and indigenous cemeteries, placing the municipality of Guimarães on the archaeological map of Maranhão. These sites are not yet included in the archaeological heritage management databases, a factor that motivates continued research to advance knowledge of Guimarães' archaeological heritage and to strengthen protection and safeguarding measures.

KEYWORDS

Identification, Archaeological Potential, Guimarães -MA.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

BANDEIRA, Arkley Marques; MORAES, Lúcio Adriano Teixeira; SOARES, Leonardo Silva; SILVA, Rafael Amorim. CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, MARANHÃO. *Cadernos do Lepaarrq*, v. XXII, n. 43, p. 329 - 357, Jan-Jun, 2025.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados das pesquisas realizadas em Guimarães, Maranhão para identificação e caracterização arqueológica deste município. Trata-se de uma pesquisa inédita na região das Reentrâncias Maranhenses, que se vincula a um projeto de pesquisa maior de caracterização dos sítios arqueológicos da região costeira do Maranhão.

A problematização que fundamentou a pesquisa focou na existência ou não de sítios arqueológicos em Guimarães, visto que ainda não existe até a elaboração deste artigo nenhuma indicação para ocorrência de sítios arqueológicos oficialmente registrados para o município. Para tanto, foram feitas consultas ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro – SGPA, tanto no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), quanto no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro (SICG), que são as bases de dados e instrumentos de gestão e proteção do patrimônio cultural e arqueológico brasileiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹.

A perspectiva interdisciplinar adotada neste estudo permitiu analisar diferentes fontes de dados, a partir de métodos da História, Etnohistória, Cartografia Histórica e Arqueologia por meio de uma investigação exploratória e descritiva estruturada em análise documental e levantamentos de campo em 4 (quatro) campanhas realizadas no município, que permitiram identificar e caracterizar doze sítios arqueológicos do período pré-colonial, além de sítios do período pós-colonial ou histórico, que estão sendo abordados em outro artigo.

Para fins de delimitação da área estudo foram adotados dois recortes: um espacial e outro temporal. No primeiro, foi considerada a divisão municipal da cidade de Guimarães, ao passo que no segundo, as evidências arqueológicas foram divididas em Pré-coloniais e Pós-coloniais ou históricas. Neste documento serão apresentados apenas os resultados dos sítios pré-coloniais.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa abordou múltiplas fontes e dados para análise e interpretação, a exemplo dos documentos primários do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), relatos de cronistas e viajantes, bibliografias de memorialistas, descrições etnohistóricas, cartografia histórica e a oralidade dos moradores, reforçando o caráter interdisciplinar da pesquisa, com a união de postulados da Arqueologia, História e Antropologia.

Além disso, foram realizadas consultas em órgãos públicos e instituições, que fazem a gestão do patrimônio arqueológico, principalmente o IPHAN, a Secretaria Vimarense de Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães. Por fim, ocorreram as pesquisas de campo por meio do método prospectivo oportunístico e não intervencional, cujo intuito foi identificar e caracterizar os sítios arqueológicos do município.

¹ O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA apresenta todos os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados na base de dados do IPHAN, com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos. Para se registrar os sítios arqueológicos é necessário o preenchimento de uma ficha que deve ser homologada por um arqueólogo. Após o sítio ser oficialmente registrado, ele passa a formar o rol do patrimônio cultural brasileiro e a sua proteção é responsabilidade da União, Estados e Municípios, sendo que qualquer cidadão pode denunciar ao poder público a destruição ou uso indevido de um sítio arqueológico, pois ele passa a ser um patrimônio cultural que deve ser preservado.

Recorte territorial da pesquisa: Guimarães em foco

Em termos geográficos, Guimarães localiza-se na região norte do Estado do Maranhão, e limita-se com os municípios de Cedral, Mirinzal, Central do Maranhão, Bequimão e Alcântara, em uma macrorregião denominada de Reentrâncias Maranhenses, conforme ilustrado na Figura 1. Insere-se a na latitude 02° 07` 59" sul e na longitude 44° 36` 04" oeste, com altitude de 41 metros acima do nível do mar. Dista cerca de 56 km em linha reta, e de condução é cerca de 140 km de São Luís, capital do Maranhão.

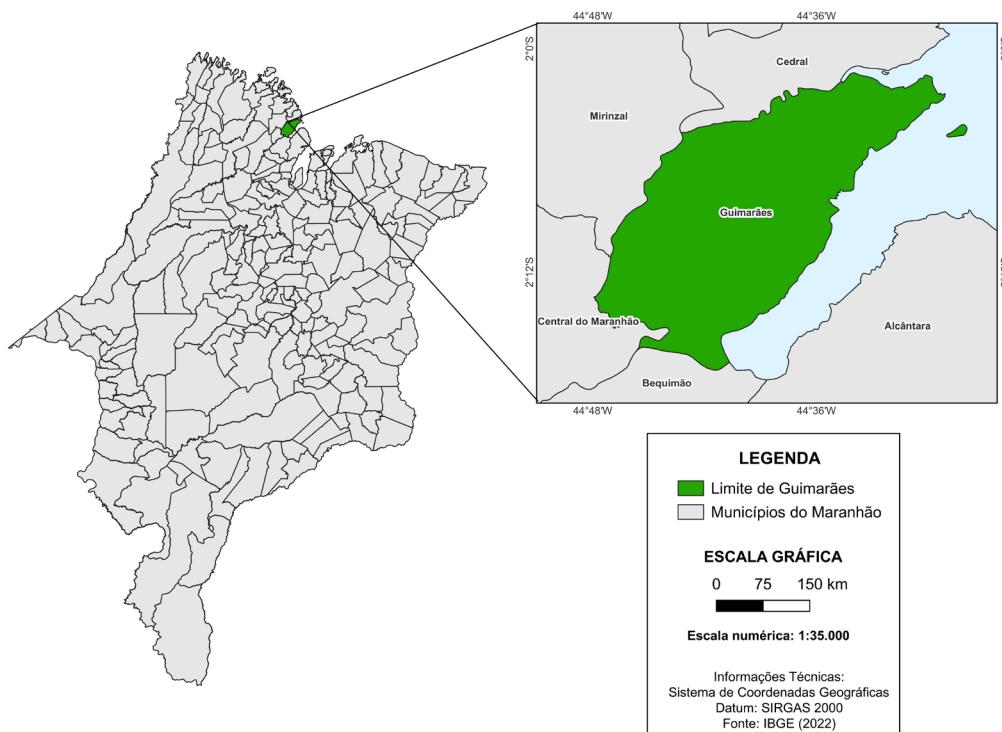


Figura 1: Localização de Guimarães, estado do Maranhão. Fonte: Nicollas Mendes, 2025

A historiografia local reconhece que o surgimento de Guimarães se origina da antiga fazenda de Guarapiranga, cujas terras ainda são identificadas pelos moradores no núcleo fundacional da cidade, próximas ao memorial de São José, na área portuária (Marques, 2006). A este respeito, Oliveira (2007, p. 12), informa em seu livro que o exato fundador da fazenda Guarapiranga foi o senhor João Teófilo de Barros, alcantarense de origem e detentor de muitos bens e terras na região. Ele chegou ao atual território de Guimarães antes de 1751. Em 3 de dezembro do mesmo ano, João Teófilo elaborou seu testamento, no qual nomeia José Bruno de Barros, seu filho com Silvana Pestana, africana escravizada, como seu herdeiro universal. À época, José Bruno tinha 32 anos de idade.



Figura2:: Praça Luís Domingues, atual Praça da Família, no centro histórico de Guimarães – Maranhão, em foto da década de 1950. Fonte: IBGE, 2024.

Em 1755, Barros requereu ao bispo diocesano, D. Antônio de São José, uma licença para edificar uma fazenda e erigir uma capela dedicada a São José, atual santo padroeiro de Guimarães. Em torno de 1758, as terras da fazenda foram doadas à Coroa e a região do Guarapiranga foi o núcleo fundacional da antiga cidade. Já no ano seguinte, era fundada a Vila, sob a denominação de São José de Guimarães e logo incorporada à comarca de São Luís. (Marques, 1870) Joaquim de Melo e Póvoas em relato de meados do século XVIII descreve que a Vila de Guimarães era uma das maiores do Estado e com tantos moradores que forma uma companhia de auxiliares de oitenta praças. Ao passo que Antônio Corrêa Furtado de Mendonça, Procurador-Geral dos Índios, em fins do século XVIII, relatou que a Vila de Guimarães do Cumã desta capitania pode servir de exemplar que é a única vila de índios que se acha em grande adiantamento, na qual já se acham muitos índios com bens e possuidores de escravos (MARQUES, 1870).

Joaquim de Melo e Póvoas em relato de meados do século XVIII descreve que a Vila de Guimarães era uma das maiores do Estado e com tantos moradores que forma uma companhia de auxiliares de oitenta praças. Ao passo que Antônio Corrêa Furtado de Mendonça, Procurador-Geral dos Índios, em fins do século XVIII, relatou que a Vila de Guimarães do Cumã desta capitania pode servir de exemplar que é a única vila de índios que se acha em grande adiantamento, na qual já se acham muitos índios com bens e possuidores de escravos (MARQUES, 1870).

Procedimentos metodológicos aplicados à caracterização arqueológica de Guimarães

Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistiram em realizar consulta na base de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão SICG), ambos do IPHAN, cujas buscas resultaram negativas para presença de sítios na área pesquisada. Na fase seguinte, realizou uma ampla compilação documental e

bibliográfica com base em documentos primários, relatos etnohistóricos e bibliografias sobre a formação histórica municipal.

A primeira base de dados públicas consultada foi o Cadastro dos Sítios Arqueológicos Brasileiros (CNSA), onde se encontram as Fichas de Cadastro de todos os sítios arqueológicos brasileiros. Conforme a Portaria IPHAN nº 241, de 19/11/1998, o CNSA compõe o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (SGPA), conjuntamente com o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), onde constam todos os bens culturais protegidos em âmbito federal, inclusive, os sítios arqueológicos nacionais cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - PHAN².

Primeiramente, foi atualizada a consulta no banco de dados do Cadastro dos Sítios Arqueológicos Brasileiros, em consulta atualizada em 14 de julho de 2024, onde constam cadastrados no SGPA, 195 sítios arqueológicos para o estado do Maranhão, de 27.582 cadastrados para o Brasil, sendo que nenhuma indicação foi feita para o município de Guimarães, conforme apresentado na Figura 3.

Em seguida, foi realizada consulta em 14 de julho de 2024 no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), onde constam todos os bens culturais protegidos pelo IPHAN no Brasil. No caso do município de Guimarães, novamente a busca não resultou na existência oficial de sítios arqueológicos, conforme apresentado na Figura 4.

Não seguro portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php

Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA

Preencha obrigatoriamente o estado:

Município:	Guimarães	Histórico:	<input type="checkbox"/>
Estado*:	MA	Pré-Colonial:	<input type="checkbox"/>
Nome do sítio:	De Contato:		
Responsável:	<input type="button" value="ok"/> <input type="button" value="limpar"/>		

Nenhum registro foi encontrado de \$total_sitio cadastrados.

Figura 3: Resultado da consulta na base de dados do CNSA – IPHAN que resultou na inexistência de sítios arqueológicos em Guimarães – Maranhão. Fonte: IPHAN. Consultado em 14 de julho de 2024. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php

²

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em: 14 de julho de 2024.

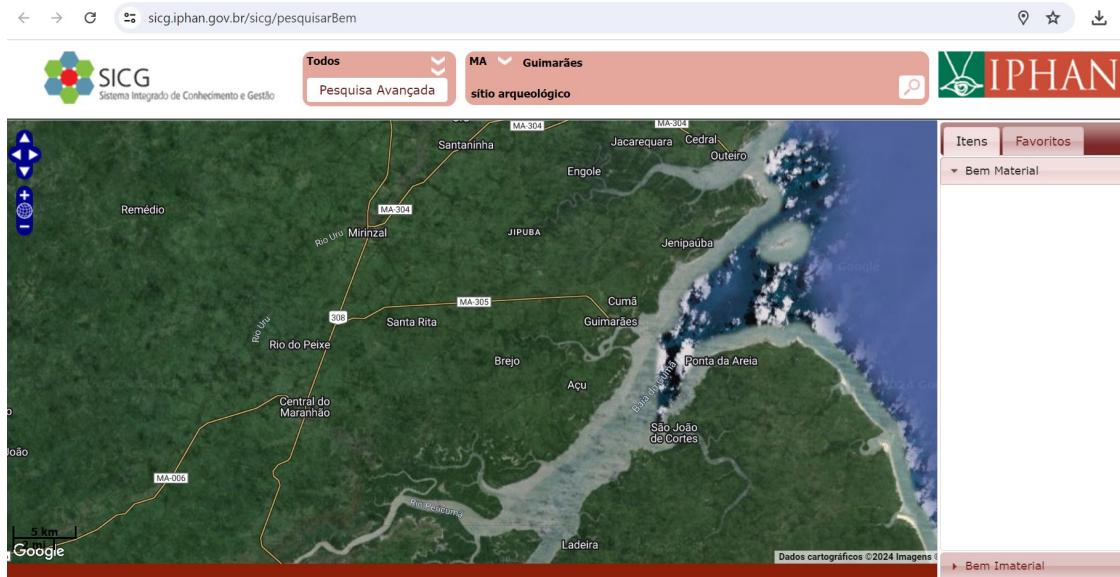


Figura 4: Resultado da consulta na base de dados do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que resultou na inexistência de sítios arqueológicos em Guimarães – Maranhão. Fonte: IPHAN.

Consultado em 14 de julho de 2024. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>

Conforme Bandeira (2013), os sítios arqueológicos cadastrados para o Maranhão permitem construir duas constatações: além de ser um dos menores percentuais do país, eles estão distribuídos irregularmente pelos 217 municípios do Estado, denotando um desconhecimento do patrimônio arqueológico maranhense (BANDEIRA, 2013), e no caso em questão o município de Guimarães, apesar do alto potencial para identificação de sítio arqueológicos, considerando os relatos de cronistas e viajantes, como Abeville e Devreux, que serão detalhados mais adiante, a busca se mostrou inexistente para existência de sítios arqueológicos.

Logo, se tomarmos como exemplo o CNSA – IPHAN não existem sítios arqueológicos em Guimarães, logo, oficialmente não há o que proteger no referido município, em matéria de patrimônio arqueológico. Além disso, não foram encontrados na base de dados da FUNAI a existência oficial de povos e/ou terras indígenas em Guimarães³. Pelo exposto, com base nos dados oficiais do IPHAN, a área de pesquisa constitui-se um vazio do ponto de vista arqueológico, dada a inexistência de informações nas bases de dados, o que denota a inexistência de pesquisas arqueológicas em Guimarães.

Caracterização arqueológica do município de Guimarães

Após a etapa de consulta, partiu-se para consulta em bases documentais, como os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), os relatos dos cronistas e viajantes que descre-

³ Isso contrasta com a existência de cerca 13 comunidades quilombolas registradas pela Fundação Cultural dos Palmares e caracterizadas como remanescentes e que foi atualizada e publicada no DOU de 1º/10/2010 (FCP, 2024).

veram os primeiros momentos da colonização do Maranhão, entre os séculos XVII e XVIII, livros de memórias do município, além de cartografia histórica.

A busca por documentos no acervo documental do AHU se deu pela inserção dos verbetes relacionados com Cumã, Comá, Commã, Vila de Guimarães de Cumã e Vila de São José de Guimarães e Vila de Guimarães. Diante desse importante arquivo, foram identificados diferentes documentos, muitos deles ainda inéditos pela análise historiográfica, acerca da história e etno-história dos primeiros séculos de ocupação da baía de Cumã e, a atual região de Guimarães.

Na referida massa documental foram identificados relatos sobre os povos indígenas que habitavam a região no período de Contato com os europeus; a chegada dos primeiros colonos; a constituição das primeiras fazendas e engenhos; a tráfico dos primeiros africanos escravizados e o crescimento e a consolidação da Vila de Guimarães, como entreposto na rota de navegação entre São Luís e o Pará e para Estrada Real, que ligava a duas províncias.

Além disso, a documentação do AHU aponta que a região que compreende as Baías de São Marcos, São José, Cumã e Tapuitapera, que, atualmente aglutinam parte dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Alcântara, Bequimão, Guimarães e Cururupu existiam uma das maiores concentrações de aldeias Tupinambá de todo o litoral do Nordeste, denominada por Albernaz, em seu Atlas do Brasil, de 1666, de Província dos Tupinambás. Somam-se aos documentos oficiais, importantes relatos das missões de colonização, como os livros dos capuchinhos franceses, Claude D'Aberville e Ives D'Evreux, elaborados entre 1612 e 1614, e que serão retomados mais adiante.

Em relação a compilação de documentos do AHU foram identificados 92 (noventa e dois) documentos que fizeram menções diretas ao território de Guimarães. Além disso, muitos outros documentos que descrevem o Estado do Maranhão e Grão-Pará, e, posteriormente, a Província do Maranhão, também trataram de forma indireta a área foco da pesquisa.

De acordo com a síntese documental do AHU, que será objeto de outro artigo, a história da região tem referência direta com a consolidação da colonização no Norte do Brasil, em direção a região amazônica, especialmente no período imediatamente após a expulsão dos franceses, em 1615. Deste período, abundam relatos sobre a presença indígena na região litorânea recém-conquistada e pouco conhecida, como a Ilha de *Upaon Açu* (atual Ilha de São Luís) e nas Baías de *Tapuitapera* (atual território de Alcântara) e Cumã (atual território de Guimarães e adjacências).

De acordo com Oliveira (2007), entre 1622 e 1625, começa a movimentação de colonos na região atualmente compreendida por Alcântara e Guimarães, quando da abertura de um caminho ligando o Maranhão ao Pará, por solicitação do Governador Antônio Muniz Barreiros, com traçado projetado por Bento Maciel Parente, Capitão-Mor do Pará em executado por Pedro Teixeira. Posteriormente, este caminho foi denominado de Estrada Real, e cruzava os povoados de São João de Côrtes, Guarapiranga, Pindoval Frechal, Sacramento, às margens do Rio Turi, até Bragança no Pará.

A documentação para a área de pesquisa está disponível para a segunda metade do século XVII, mais especificamente a partir de 1678, quando foi realizada “Consulta do Conselho Ultrama-

riño ao príncipe regente D. Pedro, sobre as propostas feitas pelo donatário da capitania do Cumã, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, para a nomeação de capitão da dita capitania" (Documento de referência AHU_CU_009, Cx. 6, D. 634) (AHU, 2000, p. 97) (Boschi, 2002).

Em 1681, o Donatário das capitâncias do Cametá e Cumã, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, solicita a D. Pedro a autorização para levar para as ditas capitâncias casais provenientes dos Açores e pedindo prorrogação do prazo destinado ao povoamento das ditas capitâncias (Documento de referência AHU_CU_009, Cx. 6, D. 6590) (AHU, 2002, p. 100) (Boschi, 2002).

É neste contexto que o povoamento europeu na região se inicia e são formados os primeiros núcleos coloniais, a exemplo da construção de um forte na Baía de Cumã, ainda em local desconhecido, mas que possivelmente associa-se aos dois núcleos mais antigos da cidade: a localidade da antiga fazenda Guarapiranga, considerada um dos marcos fundacionais da cidade, cuja região apresenta ampla visibilidade de toda a baía de Cumã, por existirem muitos outeiros e promontórios, permitindo vigiar a entrada de embarcações nos canais. Nesse local foi identificado um dos sambaquis registrados na pesquisa, denominado de Guarapiranga.

Além deste núcleo, a documentação do AHU destaca a existência de outra localidade nas cercanias da fazenda Guarapiranga denominada de Cumã, antiga terra de Comá, Commã, dos Tupinambá, ainda hoje com um distrito do mesmo nome, que também é considerado como núcleo fundacional da cidade e possui áreas altas, que possibilita vigiar o possível movimento de invasores em direção a Alcântara ou São Luís. Nesta localidade, também foi descoberto outro sambaqui, denominado de Sambaqui de Cumã.

Em torno de 1733, foram identificados documentos que confirmam "doações feitas a Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho das capitâncias do Cumã e Cametá" pelo Rei D. João V (Documento de referência AHU_CU_009, Cx. 21, D. 2132) (AHU, 2000, p. 313) (BOSCHI, 2002). Em 19 de janeiro de 1758, toda a região era conhecida como Vila de Cumã, fundada ainda em 1751, por João Teófilo de Barros que deixa as terras em testamento ao seu filho, José Bruno de Barros, proprietário da Fazenda Guarapiranga, quando as terras são tomadas de volta para à Coroa, no decurso de 1758 (Oliveira, 2007).

A esse respeito, foi registrado um testamento deixado por João Teófilo de Barros ao seu Filho José Bruno de Barros, no qual constam todas as atribuições dadas aos seus testamenteiros, inclusive a posse de suas fazendas onde vivem "com bastante escravatura de Pretos Molatos, Mamalucos, Gentil da Terra, e mestissos e de toda a mais caixa que tenho comprado com meu dinheiro" (Oliveira, 2007, p. 39).

Segundo César Marques (1870), José Bruno de Barros requereu ao Bispo Diocesano, D. Frei Antônio de São José, em 13 de abril de 1755, licença para erguer uma capela dedicada ao glorioso São José no lugar chamado Sítio Juçara, conforme ordenou seu pai em testamento. No mesmo documento, ele doa em contrapartida 30 vacas de pecuária e um quarto de léguas de terras na mesma localidade para constituição do patrimônio inicial da igreja.

Em 1758, chega à região da Fazenda Guarapiranga Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, Governador do Maranhão, com o objetivo de instalar a Vila, uma vez que determinou ao Tenente José

de Abreu, que tomasse posse provisória da Fazenda Guarapiranga, em nome da Coroa, fato que alçou o antigo povoamento ao status de vila (Oliveira, 2007; Marques, 1870).

Neste período, a documentação do AHU ainda menciona as terras da fazenda Guarapiranga como Vila de Cumã, como fica documentado em ofício do Governador da Capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando informação complementar ao requerimento enviado por Manuel de Carvalho, relativa ao roubo de âmbar, na vila do Cumã, em 1769 (Documento de referência AHU_CU_009, Cx. 43, D. 4260 (AHU, 2000, p. 636) (Boschi, 2002).

A partir de 1792, estas terras começaram a ser chamadas de Vila de Guimarães de Cumã ou Vila de Guimarães, conforme Carta de Confirmação de Sesmaria da rainha D. Maria I para António da Silva Monteiro nestas terras (Documento de referência AHU_CU_009, Cx. 79, D. 6724) (AHU, 2000, p. 1032) (BOSCHI, 2002).

De acordo com a informação arrolada, é fato documentado que a região da Fazenda Guarapiranga foi o ponto inicial do surgimento da Vila de Guimarães sob a denominação de São José de Guimarães suplantando os antigos aldeamentos indígenas, sendo incorporada à comarca de São Luís do Maranhão. A Vila foi elevada à categoria de município com a denominação de Guimarães, pela Lei Provincial nº 7, de 29 de abril de 1835 (Oliveira, 2007).

Em relação aos documentos que tratam da presença indígena no território em análise, cabe destacar alguns registros nos quais constam diretrizes sobre o trato colonial com os indígenas da região, a exemplo dos dois ofícios selecionados e descritos a seguir:

- **OFÍCIO de 01 de agosto de 1764** - Do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a prisão do director Francisco Ferreira Portugal por não cumprir o que estava estipulado no Directório. De igual modo, o vigário da vila de Guimarães, fr. Pedro de Santa Rosa castigava os índios. Por decorrência, mandou fazer um auto (Documento de Referência AHU_CU_009, Cx. 41, D. 4061);
- **OFÍCIO de 28 de julho de 1765** - Do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a nomeação do padre Custódio Alvares Serrão para vigário da vila de Guimarães. Por outro lado, pretende saber se o vigário-geral comete os mesmos excessos com os índios, ao mesmo tempo que foi sentenciado o director da vila de Guimarães, tenente Francisco Ferreira Portugal, por cometer crimes semelhantes. (Documento de Referência AHU_CU_009, Cx. 42, D. 4106).

Tais documentos não detalham de quais etnias indígenas eram as pessoas que eram acometidas por esses castigos. Não obstante, se buscarmos os relatos de cronistas, como os produzidos pelos padres capuchinhos franceses Claude D'Abbeville e Ives D'Évreux, elaborados entre os

anos de 1612 e 1614, indicam tratar-se de povos Tupinambá, que ocupavam uma longa faixa de terra litorânea em todo o Brasil, especialmente na porção que se estendia desde o Rio de Janeiro até o Pará.

A este respeito, Bandeira (2015) escreveu:

Nos primeiros anos da colonização brasileira uma situação bastante incomum para os europeus foi registrada: os povos recém-contatados falavam uma língua bastante semelhante em uma grande faixa de terra, que se estendia desde o litoral setentrional até o meridional, além de regiões interioranas, nos cursos dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Tietê, Paraná, dentre outras. Essas línguas, aparentadas entre si, foram agrupadas em um tronco linguístico denominado de Tupi, que segundo Rodrigues & Cabral (2007) é constituído por dez famílias linguísticas para as quais é admitida uma origem pré-histórica comum, possivelmente uma língua ancestral Prototupi. Do ponto de vista arqueológico, a apropriação do termo Tupi para nominar a cultura material associada a esses povos ocorreu ainda na década de 1960, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (Schimitz, 2010), sob os auspícios de Betty Meggers e Clifford Evans (Bandeira, 2015, p. 61 - 62).

A arqueologia dos povos Tupi engloba o estudo arqueológico dos grupos filiados ao Tronco Tupi, em particular a cultura material associada à Tradição Tupíguarani, que no caso do Maranhão, seriam relacionados os povos Proto Tupinambá e Tupinambá do período de Contato. Essa tradição arqueológica foi criada para denominar uma manufatura cerâmica de populações indígenas que, ao tempo da colonização da América do Sul, viviam em numerosas aldeias, nos espaços densamente florestados nas bacias do rio da Prata, rio São Francisco e no litoral atlântico do Brasil. Essas populações falavam, predominantemente, línguas aparentadas do tronco linguístico Tupi-Guarani (Scatamacchia, 1981; Prous, Lima, 2008)).

Sobre a chegada dos Tupinambá no Maranhão, o cronista francês Claude d'Abbeville registrou:

Haverá sete anos que certo personagem, cujo nome e qualidade calarei por circunstâncias, vendo que os índios Tupinambás que antigamente moravam no Trópico de Capricórnio se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças, evitando o domínio dos portugueses, saiu de Pernambuco com um seu companheiro, trazendo alguns portugueses, e oito a dez mil índios, entre homens, mulheres e meninos, todos da mesma nação aí existente... Fazia pequenas viagens por dia por causa dos mais fracos da sua comitiva. Durante a viagem, os membros desta grande comitiva alimentavam-se somente de raízes que extraiam da terra, de frutos de árvores, de peixes que apanhavam, de pássaros, e de outras espécies de animais que agarravam, com farinha, que traíam, e onde lhes faltou esta, aí ficaram para plantar mandioca, e se demoraram até que pudes-

sem fabricar farinha (D'abbeville, 2002, p. 93).

De acordo com a obra de D'Abbeville (2002), após os Tupinambá da Ilha do Maranhão serem submetidos ao domínio Francês, tanto no ramo espiritual como no temporal, mandaram uma expedição coordenada por David Migan, e em sua companhia estava o indígena *Luua*, um dos principais da região, que rumaram com outros indígenas para Tapuitapera e Commã, com a intenção de lhe perguntarem se eram de sua vontade serem colonizados pelos Franceses e se eles iam aprovar o tratado que foi feito com o povo da Ilha Grande.

Os indígenas de Tapuitapera, em atendimento à consulta, deram em resposta, “é impossível pintar-se a amizade, que aos franceses tinha Serveve, principal deste lugar, e para coagi-los, mais a ficarem ahi, ele lhe disse haver por essas bandas bonitas, pescaria de pérolas, e uma mina de oiro (D'abbeville, 2002, p. 181).

De Tapuitapera seguiram para Commã, onde relataram a existência de uma terra firme perto de Tapuitapera onde existiam também povoações Tupinambá, conforme registrado pelo francês:

Da qual foi o responsável pela viagem o Sr. Des-Vaux em companhia de Januare-auaété, um dos principais da Ilha, e muito amigo do Franceses, os quais foram muito bem acolhidos em Commã pelos seus habitantes, e particularmente por Caruata-pirau e Januaresic e seo irmão, ahi grandes auhtoridades por seo valor e proesas, que também responderam satisfatoriamente. (D'abbeville, 2002, p. 181).

Quando os franceses chegaram à baía de Cumã para prestar as devidas homenagens aos caciques principais, que os receberam nas aldeias, os primeiros contatos geraram bastante desconfiança, pois existiam boatos de um possível ataque de uma etnia rival que era inimiga dos Tupi, os Tabajaras, que desciam o rio Mearim afim de assaltar e guerrear, conforme narrado a seguir:

Armaram a seo e modos todos os índios desses lugares, correram de todos os lados com alguns Franceses ao encontro dos assaltantes, e apenas acharam canoa uma canoa a margem do rio, salvando os bosques o que nella vinham. (D'abbeville, 2002, p. 182).

Outro aspecto que cabe destaque sobre a etnohistória dos grupos indígenas de Guimarães, são as descrições feitas por Ives D'Evreux, que também detalham o cotidiano do modo de vida dos Tupinambá, que habitavam não somente Commã, mas também Tapuitapera, a exemplo de uma descrição sobre o sistema de pescarias:

Os selvagens do Maranhão, de Tapuitapera, e de Commã tem uma pescaria certa e anual, como anualmente a do bacalhau nos bancos da Terra Nova. Alguns messes depois a

chuva, quando julgam as agoas escoadas, muitos embarcam em suas canoas, levando farrinhais para alguns meses e seis semanas, e assim vão costeando a terra a um lugar distante da ilha 40 ou mais legoas; aí arrancham, levantam choupanas e depois se dedicam-se a pescaria, caça dos crocodilos, e a procura das tartarugas. Aí se reuniam muitos selvagens de diversas aldeias de Tapuitapera e Commã (D'Evreux, 2002, p. 148-149).

D'Abbeville também fala em seus relatos da existência de algumas aldeias existentes em Commã, contabilizando cerca de 15 delas, que foram visitadas pelos franceses. Elas estavam distribuídas entre o interior do território e pela costa litorânea, conforme citado:

Além de Tapuitapera, para o Oeste há um rio chamado Commã. As terras adjacentes ou vizinhas são muito boas, e bonitas, férteis abundante muito mais que a Ilha grande do maranhão. Aí existe uma maloca de índios da mesma nação dos da Ilha grande e de Tapuitapera, e além desta mais uma 15 ou 20 aldeias cujo o nome delas são as seguintes. Chamão-se: A primeira, e a principal aldeia *Commã*, e que é também nome de rio e da terra, e que significa "lugar de pescar peixe", e o seu principal *Itaoc-miry*, "casinha de pedra". A segunda *Ianucuare* "toca do cão" e o seu principal *Maychuare* "nome derivado de uma arvore". A terceira *Tauapiap* "aldeia escondida" e a principal *Cauare* "bebedor de vinhos". A quarta *Couy leup* "Cabeça preparada" e o seu principal *Ingaraubuy* "cantor azul". A quinta *Aruyipé* "Lago" e seus principais *Tamanduay Elephante* e *Jura-euta-uaçu* "paus grande de um bonfete". A sexta *Taeuaio* "Fructa negra", e o seu principal *Maracapu* "som de trombeta". Septima *Pacuripanam* "Folhas de bacury" e o seu principal *Cayaeuue* "nome derivado da arvore assim chamada". A oitava *Auayeue* "arvore aquática" e o seu principal *Tucoma uaçu* "nome de uma fructa". A nona *Maican* "de frente para alguma coisa" e o seu principal *Uyapar-açu* "Arco grande". A decima *Curumaeta* "Rio de Curemans, entrada do rio de Commã" e o seu principal *Bahureapar* "Corpo torto". A undécima *Yapyeue*, "arvore do pássaro" e o seu principal *Uiraruantin* "Arvore branca" (D'Abbeville, 2002, p. 220).

Além da análise documental do AHU, as descrições dos memorialistas de Guimarães e os relatos dos cronistas e viajantes, foram utilizadas como fontes de análise a cartografia histórica disponível para a região de estudo. A esse respeito, destaca-se o "Pequeno atlas do Maranhão e do Grão-Pará", de João Teixeira Albernaz, de 1629, disponível na Biblioteca Nacional em versão digital. O mesmo compõe o Atlas do Brasil, considerando um dos documentos cartográficos mais importantes do período colonial, e produzido no âmbito do mapeamento do Império Colonial Português, entre 1580 a 1640.

No referido mapa, fica evidente a indicação cartográfica de alguns locais de interesse para pesquisa, como a Baía de Cumã, os povoamentos de brancos e toda a Província dos Tupinambá, entre o oeste do Maranhão e o leste do Pará, também compreendendo o atual município de Guimarães, conforme indicado na Figura 5.

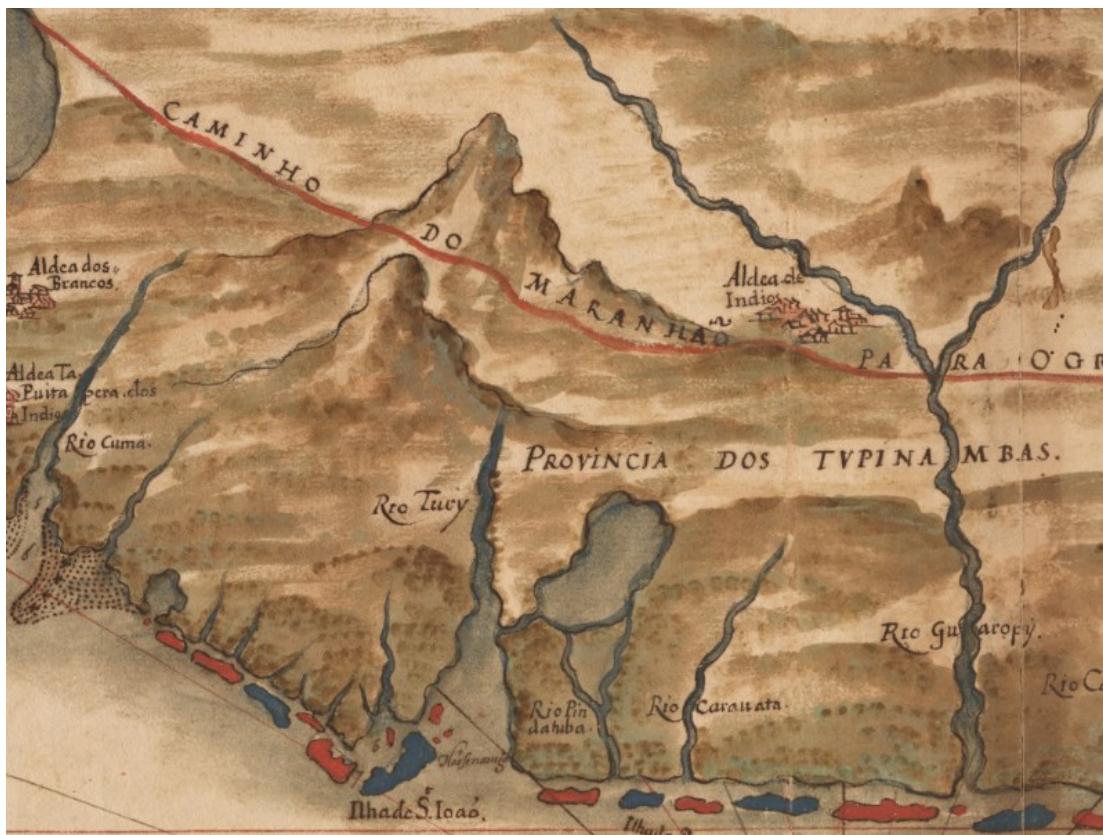


Figura 5: Pequeno atlas do Maranhão e do Grão-Pará", de João Teixeira Albernaz, de 1629, com a indicação da "Província dos Tupinambas". Fonte: BNDigital. Consultado em 14 de julho de 2024. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.htm

Neste mesmo mapa, foram indicadas as regiões que compreendem a Baía de Cumã, as aldeias dos brancos e de Tapuitapera, a desembocadura do rio Turi, na altura de Guimarães e a Ilha de São João de Cortes, que fica de frente da Praia de Araoca, em Guimarães, conforme ilustrado na Figura 6.



Figura 6: Pequeno atlas do Maranhão e do Grão-Pará", de João Teixeira Albernaz, de 1629, com a indicação das aldeias de brancos e de indígenas no vale do rio Cumã e Turi. Fonte: BNDigital. Consultado em 14 de julho de 2024. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.htm

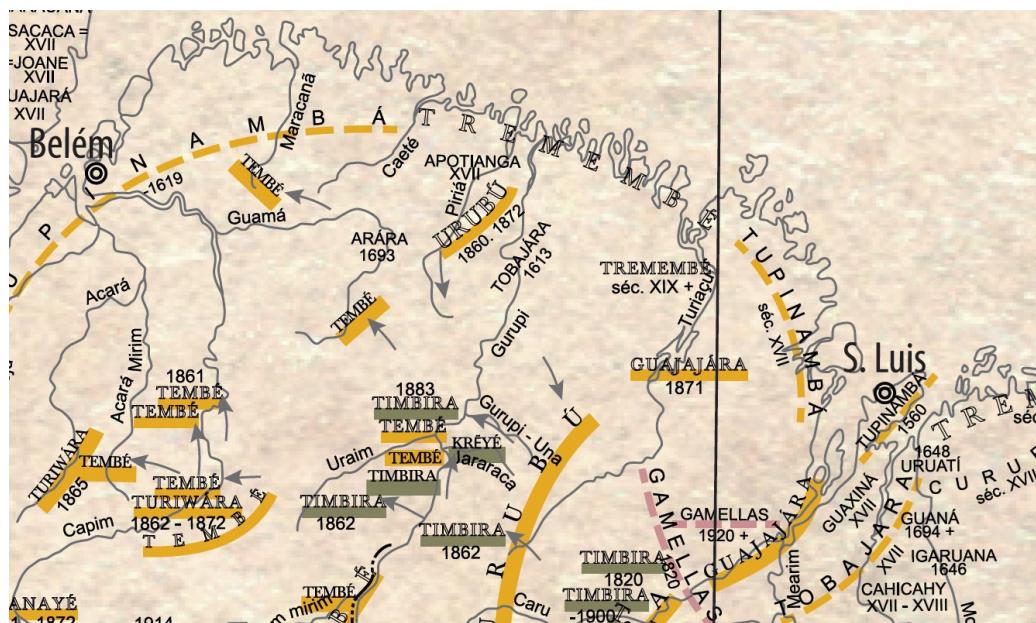
Além disso, outra fonte de referência cartográfica utilizada para a caracterização arqueológica do município de Guimarães foi o Mapa Etno-histórico de Curt Nimeundaju, elaborado pelo alemão entre 1942 e 1944, sendo considerado de grande relevância para a etnologia indígena e para proteção das suas terras por colocar em um plano cartográfico brasileiro toda a distribuição das etnias relacionadas a uma perspectiva espacial e temporal.

Sobre o Mapa etno-histórico, George Zahur (2012) [S.P.] comentou:

O mapa de Nimuendajú é um gigantesco banco de dados sobre a distribuição no espaço e no tempo das tribos indígenas brasileiras. É testemunho do estado da arte da etnologia de seu tempo. Foi artesanalmente elaborado com os recursos da época, o desenho a nanquim. Reúne, em sua última versão, praticamente toda a literatura então disponível para a identificação do nome das tribos indígenas brasileiras atuais e extintas, conhecidas até a data sua elaboração, sua classificação lingüística, sua localização atual, sua localização histórica e, em muitos casos o sentido de suas migrações.

Em relação ao município de Guimarães, o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú apon-

tou para a presença da etnia Tupinambá ocupando toda a costa ocidental do Maranhão, que se estende desde o Golfão Maranhense, indo em direção aos municípios de Alcântara (Tapuitapera) e Guimarães (Cumã). Interessante ressaltar que se trata de uma região de fronteiras étnicas-culturais, com os Tremembé ocupando a porção oriental do litoral maranhense e a região da desembocadura do rio Turiaçu e os Guajajara no médio curso, conforme representado na Figura



povoado de Cumã, a região costeira das ilhas e a linha costeira até a praia de Araoca.

Nestas áreas indicadas, o primeiro procedimento consistiu em conversar com moradores das proximidades (Figuras 8, 9 e 10), com o fito de apreender informações acerca da existência de sítios arqueológicos, como áreas de terra preta, concheiros, estruturas de pedra e cemitérios antigos, como também o reconhecimento de artefatos arqueológicos, como machados de pedra polida e fragmentos de potes de barro.



Figura 8: Conversa com o Sr. Zequinha, morador de Cumã, que indicou a presença do Sambaqui de Cumã em seu quintal.

Fonte: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 9: Conversa com o Sr. Alfredo, morador de Baiacu-Mirim, que indicou a existência de um sambaqui na mata que cerca a sua moradia.

Fonte: Samuel Rosa, 2018.



Figura 10: Visualização dos vestígios arqueológicos em um sambaqui superficial.

Foto: Arkley Bandeira, 2018.

A estratégia de amostragem do terreno ficou a cargo do julgamento da equipe de pesquisa, que seguiu as indicações bibliográficas e os relatos orais. Nesta amostragem de juízo, o território vimarense foi divido nas áreas indicadas, que com o avanço da pesquisa, outras indicações poderão ser averiguadas. A vantagem desta estratégia recaiu na economia de tempo e recursos, pois o pesquisador percorre apenas os locais mais prováveis para ocorrência dos sítios arqueológicos.

Nos locais registrados nos documentos históricos ou apontadas nos relatos dos moradores, foi feito um reconhecimento de campo que consistiu em realizar caminhamentos para averiguação de ocorrências arqueológicas em superfície, quando da impossibilidade da visitação a pé, foram utilizados veículos e embarcações. Ao identificar os locais potenciais, era realizada uma visualização minuciosa da superfície do terreno visando identificar a ocorrência de sítios arqueológicos ou indicativos para a identificação destes. Constatado o sítio, o local foi georeferenciado com o auxílio de um GPS, em seguida eram feitas fotografias e preenchidos os cadernos de campo, embasado nos pressupostos de Sanz, Burke e Smith (2007):

- Obtenção da localização geográfica do sítio arqueológico, a partir do georeferenciamento com o uso de GPS ou cartas geográficas;
- Descrição do acesso ao local do sítio arqueológico, com o auxílio de croquis e desenhos;
- Registro das informações fitogeográficas da área do sítio e seu entorno;
- Anotações sobre as características do sítio arqueológico, a exemplo do tipo de ocupação, comportamento ambiental, tamanho, existência de estruturas e cultura material;
- Avaliação sobre as condições de preservação do sítio arqueológico e o potencial para realização de novas pesquisas;
- Levantamento sobre a propriedade do terreno onde se encontra o sítio e as possíveis implicações em futuras pesquisas;
- Realização de registro fotográfico, filmagens, elaboração de descrições, mapas, croquis, etc.

Após a etapa de campo, os dados coletados foram tradados em laboratório para elaboração dos mapas de distribuição espacial dos sítios arqueológicos. A fase atual encontra-se no registro dos sítios arqueológicos na base do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, oficializando a sua existência ao poder público, etapa ainda em andamento.

Os sítios arqueológicos identificados

Até o momento foram realizadas 4 (quatro) campanhas de campo nos anos de 2018, 2019, 2022 e 2023, que resultaram na identificação de 12 (doze) sítios arqueológicos pré-coloniais ainda inéditos na literatura arqueológica maranhense. Tratam-se de ocupações humanas, que com

o aprofundamento das pesquisas permitirão reconstruir os processos de ocupação humanos de longa duração em Guimarães.

Para fins deste artigo, serão apresentados apenas os sítios arqueológicos pré-coloniais, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Sítios arqueológicos pré-coloniais identificados na prospecção arqueológica

Item	Nome do Sítio arqueológico	Coordenada X	Coordenada Y	Município
1	Sepultamento indígena	546472	9765337	Guimarães
2	Sambaqui Guarapiranga	544233	9763304	Guimarães
3	Sambaqui Cumã	546465	9765311	Guimarães
4	Sambaqui de Guadalupe	546535	9765719	Guimarães
5	Sambaqui Baiacu Mirim	542850	9756968	Guimarães
6	Sítio Cerâmico Cumã	546491	9765800	Guimarães
7	Camboa Guarapiranga	544275	9762956	Guimarães
8	Camboa do Oiteiro	577854	9761803	Guimarães
9	Camboa Baiacu Mirim	544036	9756059	Guimarães
10	Camboa do Caranguejo	546031	9761223	Guimarães
11	Camboa do Tupinambá	542748	9761149	Guimarães
12	Camboa de Araoca	555528	9772857	Guimarães

A distribuição espacial dos sítios arqueológicos em Guimarães possibilita afirmar, inicialmente, que muitos sambaquis estão localizados nas proximidades do núcleo fundacional da cidade. Nestes mesmos locais são identificados sítios com material arqueológico relacionado com grupos Tupi, confirmado os primeiros relatos dos colonizadores sobre a existência de aldeamentos Tupinambá em Guarapiranga, Cumã, Guadalupe e Baiacu Mirim, conforme o mapa elaborado para a distribuição dos sítios arqueológicos. Também do período Tupinambá são as camboas de pesca construídas com pedras, que serão objeto de um artigo específico.

O mapa a seguir foi elaborado com base nas coordenadas geográficas obtidas nos sítios e permite visualizar a sua distribuição espacial no território vimarensse.

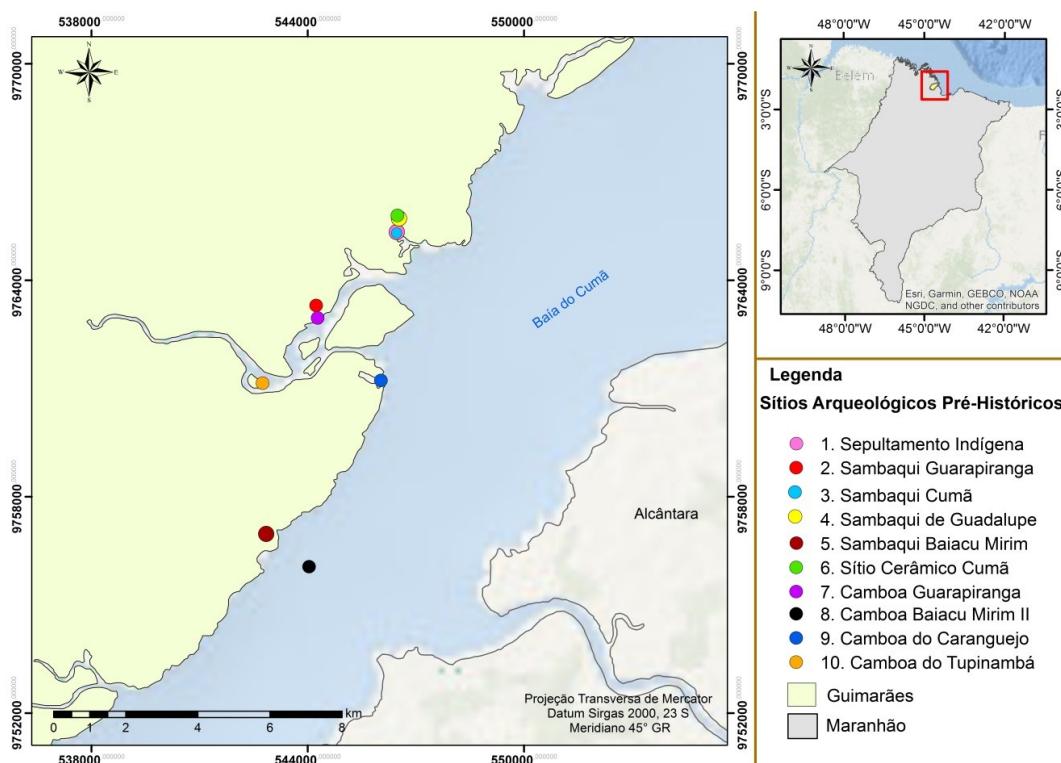


Figura 11: Mapa de distribuição dos sítios arqueológicos descobertos em Guimarães.

Fonte: Flávia Martins, 2018.

Ao analisar os sítios arqueológico identificados foram constatadas evidências materiais que recuam ainda mais a temporalidade da presença humana, sendo anteriores ao período Tupinambá, visto que foram registrados vários sambaquis, que são sítios arqueológicos mais antigos, podendo remontar até 7 mil anos atrás (Bandeira, 2013; 2018). Logo, a abordagem da pesquisa mostrou eficaz para identificação da caracterização do patrimônio arqueológico do município de Guimarães. Por se tratar de um método não interventivo e com observação superficial, não foi possível mensurar o tamanho e profundidade dos pacotes arqueológicos, aspecto que poderá ser retomado quando do aprofundamento das pesquisas em abordagens interventivas e com coleta de materiais arqueológicos.

A seguir, são descritos os sítios arqueológicos identificados, por sua natureza e tipologia.

Sambaquis

André Prous definiu etimologicamente que a “palavra sambaqui seria derivada de *tamba* (marisco) e *Ki* (amontoamento) em *Tupi*” (Prous, 1992, p. 204), sendo tais sítios obra da atuação humana, caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil.

Em Guimarães, foram localizados até o momento 4 (quatro) sambaquis, sendo eles, Guarapiranga, Cumã, Guadalupe e Baiacu Mirim. Os sítios estão localizados estrategicamente nas desembocaduras dos canais de rios e igarapés que deságuam na Baía de Cumã, formando um conjunto de assentamentos que poderiam facilmente se comunicaram por distintos sinais, como fumaças, gritos, assobios ou mesmo a pé.

Além disso, os mesmos estão implantados sobre outeiros e tabuleiros terciários, que permitem uma excelente visualização da paisagem. Ou seja, além dos sambaquis formarem montículos de muitos metros de altura devida a acumulação sistemática de refugos (carapaças de moluscos), os mesmos ainda se aproveitaram da topografia do terreno para proteção e visibilidade. Os sambaquis de Guimarães estão estrategicamente alocados, cujos uso e ocupação do espaço apresentam-se bastante racional e de caráter defensivo, associados à proximidade de praias e áreas de manguezais, que permitem a captura de pescados e frutos do mar, conforme as imagens a seguir.



Figura 12 e 13: Sambaqui Guarapiranga e seus amontoados de conchas formando grandes elevações.

Fonte: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 14 e 15: Sambaqui Cumã e seus amontoados de conchas depositadas na quebra da falesia, em área de antiga praia. Fonte: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 16 e 17: Sambaqui Guadalupe e seus amontoados de conchas associados com fragmentos cerâmicos. Fonte: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 18 e 19: Sambaqui de Baiacu Mirim e seus amontoados de conchas de diferentes espécies. Fonte: Arkley Bandeira, 2018.

Sítio Cerâmico Cumã

O sítio cerâmico Cumã foi associado aos povos do tronco Tupi, precisamente da etnia Tupinambá, a julgar por sua localização e documentação etnohistórica arrolada no item anterior, além das características das cerâmicas encontradas no local. Tomado por base este assentamento, encontra-se situado em terraços costeiros que estão associados a depósitos sedimentares de origem marinha, em áreas protegidas da variação das marés.

A hipótese acerca do padrão de uso e ocupação das áreas pelos Tupinambá da região corrobora com o relato dos padres franceses, que indicam um conjunto de aldeamentos na região do Cumã, que também foi denominada por Albernaz em seu mapa de “Província dos Tupynam-bás”, ou seja, as antigas áreas de moradia estão ocorrendo nos outeiros e promontórios, muitas vezes se sobrepondo às ocupações humanas mais antigas, como é o caso dos sambaquis, que

também se situam em áreas de topografias privilegiadas. Em outras áreas de Guimarães, os sítios estão implantados nas cotas mais altas e próximas as planícies de maré, que se interioriza por meio dos canais de drenagem, em decorrência de macromarés, que adentram os médios e baixos cursos dos rios que deságuam na baía de Cumã.

Os sítios apresentam um pacote arqueológico preservado por densa vegetação, principalmente nas áreas menos habitadas, com ocorrência de sedimento de coloração escura, caracterizado como terra preta e mulata, chegando a alcançar mais de 1m de espessura, de acordo com a observação dos taludes que limitam a falésia com a praia.

Nessa área existe grande quantidade de materiais arqueológicos, principalmente cerâmica, associada a carapaças de bivalves, e instrumentos líticos lascados (lascas e raspadores) e polidos (lâminas de machado, almofarizes e batedores). Em alguns sítios ocorrem bolsões de restos alimentares formados por ossos de peixe e carapaças de moluscos, que não podem ser confundidos com os sambaquis.



Figura 20, 21 e 22: Sítio Cerâmico Cumã com fragmentos cerâmicos na superfície e um aplique antropomorfo. Fonte: Arkley Bandeira, 2018.

Cemitérios antigos

De acordo com os moradores entrevistados em Guarapiranga e Cumã é comum encontrar nas áreas dos sambaquis e dos sítios cerâmicos “ossadas humanas”, quando da escavação do terreno para fazer roças, caieiras ou açudes. Possivelmente, são áreas de sepultamentos indígenas que ocorrem nas proximidades das antigas áreas de habitação.

Durante as atividades prospectivas foram coletados alguns testemunhos, como o do Sr. Zequinha, no povoado de Cumã, que estava realizando uma escavação para plantar hortaliças e descobriu um crânio pequeno e ossos humanos, possivelmente de um jovem, que estava deitado de lado, em posição fetal e que foi enterrado junto com alguns materiais cerâmicos.

Nas comunidades quilombolas de Mocajubal e São José dos Cardosos foram colhidos novos relatos acerca da ocorrência de remanescentes esqueletais humanos em algumas áreas das comunidades, quando da realização de escavação. Esses locais foram visitados, mas não foram identificados vestígios ósseos em superfície. Ademais, dada a fragilidade deste tipo de evidência, o processo de preservação frágil, quando da sua evidenciação, rapidamente se desintegra.



Figura 23, 24 e 25: Indicação de sepultamentos humanos em Cumã, e nos atuais Quilombos de Mocajubal e São José dos Cardosos. Fonte: Arkley Bandeira, 2018.

Camboas de pedra

Os sítios arqueológicos de origem Tupi que apresentam uma das melhores visibilidades para a arqueologia são as camboas ou gâmboas de pedra, comumente encontradas em áreas de apicuns, planícies de maré e praias arenosas (Bandeira, 2013; Colonesse et al., 2015; Santos et al., 2024)), tratando-se de armadilhas de pescas (fish traps) construídos com pedras, barro ou madeira, cuja função é de capturar, aprisionar e até mesmo criar peixes e outros animais aquáticos utilizando-se do ciclo das marés e a dinâmica hídrica costeira. O uso das camboas é bem simples e até os dias atuais elas permanecem úteis nas pescarias e coletas, indicando forte resiliência dos pescadores do passado com os pescadores contemporâneos.

As camboas na baía de Cumã estão associadas a um assentamento em terra firme, nas proximidades dos sítios arqueológicos já apresentados neste artigo. A hipótese é que cada aldeamento tinha a sua própria área de captação de recursos alimentares e a utilização das camboas eram esses marcadores dos territórios de pesca e coleta de frutos do mar.

Os sítios arqueológicos, em conjunto com a existência de camboas estão distribuídos por quase todo o litoral Guimarães e apresentam distintas características relacionadas à natureza, tamanho, deposição, tipologia, densidade dos vestígios e associação com outros sítios arqueológicos, a exemplo dos sambaquis. Em Guimarães foram mapeadas 6 camboas, sendo que as indicações orais é que existiam muito mais, que já foram recobertas pela lama ou o sedimento.

Os sítios descobertos foram Camboa de Arouca, Camboa da Guarapiranga, Camboa do Oiteiro, Camboa de Baiacu Mirim, Camboa do Caranguejo e Camboa do Tupinambá.



Figura 26 e 27: Camboa de Guarapiranga em maré baixa, com detalhe para a estrutura de pedras.

Fonte: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 28 e 29: Camboa de Baiacu Mirim na área de praias, em maré baixa.

Fonte: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 30 e 31: Camboa de Aruoca na área de praias, em maré baixa.

Fonte: Arkley Bandeira, 2018.

Considerações Finais

Conforme evidenciado ao longo deste artigo, a perspectiva interdisciplinar no tocante à caracterização arqueológica de determinada área se mostrou extremamente eficaz, quando diferentes fontes de dados e informações são ativadas para construção do conhecimento acerca dos processos de ocupação humana mais antigos, visto que de um município sem evidência documentada para a presença de sítios arqueológicos, foram identificados doze sítios do período pré-colonial.

A união de esforços entre a Arqueologia, História, Etnohistória e Cartografia Histórica foi extremamente relevante, uma vez que diferentes perspectivas metodológicas permitiram realizar pesquisas em documentação histórica, sejam dos relatos de cronistas ou de memorialistas, análise de cartografia histórica e oralidades dos moradores locais. Ademais, a aplicação dos métodos da arqueologia possibilitou identificar, georeferenciar e caracterizar os sítios arqueológicos no município de Guimarães, outrora desconhecidos da literatura arqueológica maranhense.

As informações apresentadas neste artigo são relevantes e se constituem em uma primeira aproximação para o conhecimento dos povos que ocuparam a Baía de Cumã, em uma perspectiva de longa duração. Não obstante, o conhecimento arqueológico mais aprofundado só será alcançado com pesquisas sistemáticas que promovam escavação arqueológicas nos sítios já descobertos, em outros que estão por serem identificados.

Neste primeiro trabalho arqueológico foi possível identificar e georeferenciar doze sítios arqueológicos e com isso traçar muitas possibilidades de pesquisas no futuro. Além disso, os relatos dos cronistas foram comprovados para o período colonial, indicando tratar-se de fontes valiosas para compreender o passado. Somam isso, a percepção dos moradores da região, que foram fontes preciosas, inclusive guiando a equipe de pesquisa até os locais dos sítios.

Diante do exposto, a caracterização arqueológica já aponta algumas direções, a exemplo dos múltiplos processos de ocupação, como o período em que viviam os povos sambaquieiros, que foram substituídos por grupos ceramistas amazônicos até a chegada dos Tupinambá. Além disso, o período de Contato desses últimos povos originários com as frentes de colonização europeia é um capítulo que necessita ser mais bem compreendido pela Arqueologia e História.

Ademais, os resultados da pesquisa sugerem que o Litoral Ocidental Maranhense se reverte em uma região muito singular e que apresenta pistas para a compreensão de rotas e caminhos utilizados por povos originários entre a região Amazônica e o Litoral do Nordeste, em diferentes momentos, sendo de fundamental importância para compreensão da ocupação da Ilha de São Luís. A este respeito, registra-se uma passagem de Claude Abbeville (2002), que escreveu que todas essas aldeias de Guimarães são mais povoadas de que a Ilha grande do Maranhão e que todas elas aliadas e amigas dos índios de Tapuitapera e da dita Ilha grande como se fossem uma só nação, unidas para guerrearem contra seus inimigos.

Por fim, o reconhecimento da importância arqueológica de Guimarães em função do seu potencial arqueológico contribui para a proteção, preservação e divulgação do patrimônio ar-

queológico vimarense, aspecto bastante demandado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães, além de poder subsidiar pesquisas arqueológicas mais aprofundadas para contextualizar espaço-temporalmemente e contextualmente acerca dos sítios arqueológicos identificados.

Referências bibliográficas

- ALBERNAZ II, João Teixeira. | Obra: Brasil. In:___ [Atlas do Brasil]. [ca. 1666]. 1 atlas ms. (16 f.), 29 cartas desenhadas a tinta ferrogálica, col., aquareladas.
- BICHO, Nuno Ferreira. Manual de Arqueologia Pré-Histórica. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOSCHI, C. C. Catálogo dos Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). São Luís: FUNCMA/AML, 2002. 662 p.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís – Maranhão. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), 12(24), 59-96, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v12i24.5524> Acesso em: 15 de julho de 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm 15 de julho de 2024
- BRASIL. Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm Acesso em: 15 de julho de 2024.
- CASTRO, Brandão Vaz dos Santos T., Silva Soares, L., Costa Fernandes Vaz dos Santos, M., & Bandeira, A. M. (2024). Utilização de geoprocessamento na localização de potenciais sítios arqueológicos associados a camboas de pedra no Litoral Maranhense. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), 21(41), 144-151, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v21i41.25931> Acesso em: 15 de julho de 2024
- COLONESE, André Carlos, et. al. Bridging ancient and modern artisanal fisheries in Latin America: assessing the role of cultural heritage in poverty alleviation in coastal Brazil. *Antiquity Journal*. Antiquity, Department of Archaeology, 2015.
- D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. São Paulo: Siciliano, 2002.
- D'ÉVREUX, Yves de. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas patrimoniais. 3^a ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- SANZ, Inés Domingo; BURKE, Heather; SMITH, Claire. Manual de Campo para Arqueólogos. Barcelona: Ariel Editorial, 2007.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Guimarães, Maranhão. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3616&view=detalhes> Acesso em: 14 de julho de 2024.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1574/>. Acesso em: 15 de julho de 2024

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Laussane de proteção e a gestão do patrimônio arqueológico (1990). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2024

MARQUES, Cezar Augusto. Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão. São Luís: Typ. Do Frias, 1870 (2006). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221726> Acesso em: 15 de julho de 2024.

NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimeundaju. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA, Paulo. Cronologia e História de Guimarães: homenagem aos seus 250 anos. 2ª ed. (ampliada). Guimarães: Prefeitura Municipal de Guimarães, 2007.

PÓVOAS, Joaquim de Mello. Retratos do Maranhão Colonial: correspondência de Joaquim de Melo e Povoas, Governador e Capitão-General do Maranhão 1771-1778. Coordenação: ESPÍNOLA, Maria Helena Pereira. São Luís: Secretaria de Estado da Cultura, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 2009.

PROUS, André; ANDRADE LIMA, Tânia. Os Ceramistas Tupiguarani. Volume I. Sínteses Regionais. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 143–145, 2009.

RENFREW, Colin, BAHN, Paul. Arqueología: teoría, métodos e práctica. Madri: Edições Akal, 1993.

SCTAMACCHIA, Maria Christina Mineiro. Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani. M. A. thesis. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, 1981.

ZAHUR, George. O Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú. Disponível em: <http://www.george-zarur.com.br/2017/09/29/o-mapa-etno-historico-de-curt-nimuendaju/>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

Documentos paleografados:

Documento de referência AHU CU_009, Cx. 6, D. 634) (AHU, 2000, p. 97) (Boschi, 2002).

Documento de referência AHU CU_009, Cx. 6, D. 6590) (AHU, 2002, p. 100) (Boschi, 2002).

Documento de referência AHU CU_009, Cx. 21, D. 2132) (AHU, 2000, p. 313) (BOSCHI, 2002).

Documento de referência AHU CU_009, Cx. 43, D. 4260 (AHU, 2000, p. 636) (Boschi, 2002).

Documento de referência AHU CU_009, Cx. 79, D. 6724) (AHU, 2000, p. 1032).

Documento de Referência AHU CU_009, Cx. 41, D. 4061) (Boschi, 2002).

Documento de Referência AHU CU_009, Cx. 42, D. 4106) (Boschi, 2002).

Recebido em: 16/11/2025

Aprovado em: 25/11/2025

Publicado em: 19/12/2025